

IDENTIFICANDO FRAGILIDADES E POTENCIALIDADES: UM BREVE PANORAMA DA DISCIPLINA "GEOGRAFIA APLICADA AO TURISMO" NA EAD/IFRN

G. F. NASCIMENTO* e E. J. OLIVEIRA**

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande de Norte, Secretaria Municipal de Educação de Ceará-Mirim-RN, Secretaria de Educação do Estado do Rio Grande do Norte, gracigeografia@yahoo.com.br*
Universidade Federal da Paraíba
elizangelaoliveirarn@gmail.com**

Submetido 10/2015 - Aceito 21/09/2017

DOI: 10.15628/holos.2017.2494

RESUMO

Este artigo tem como objetivo identificar as principais dificuldades do cursista na disciplina "Geografia Aplicada ao Turismo", na Educação a Distância - EAD/IFRN, no semestre 2013.2. As inquietações surgiram ao longo da disciplina quando percebemos o número considerável de estudantes que não realizavam as atividades. Para a produção do estudo, fizemos uma breve consideração sobre a educação profissional e o conceito de educação a distância a partir de teóricos. Utilizamos um formulário enviado na plataforma *moodle* para ser respondido pelos estudantes. Dos 43 matriculados na disciplina em foco, 27 atenderam ao preenchimento do formulário. Destes, 74,07% eram do sexo feminino e 25,93% do sexo masculino. Quanto à profissão/ocupação, foi comprovado que a maioria - 48% - era de estudantes,

8%, de donas de casa e funcionários públicos, e 36% tinham outras ocupações. Apesar de se declarar estudante, a maioria - 67% - afirmou trabalhar enquanto estudava e 37% somente estudavam. No relato sobre as suas dificuldades durante o curso, foi detectado o fator "tempo", por terem outros afazeres e por desempenharem outras funções. Pensamos que é preciso ser realizado com os estudantes um trabalho de conscientização e educação tanto de otimização do tempo, quanto do compromisso e da importância da qualificação profissional no mercado de trabalho, já que estes não relataram dificuldades nem quanto ao *feedback* ou ao manuseio no *moodle* e nem tampouco falta de motivação nas atividades propostas.

PALAVRAS-CHAVE: Educação a Distância, Geografia Aplicada ao Turismo, Tecnologias de Informação e Comunicação.

IDENTIFYING THE POTENTIAL AND THE FRAGILITY: A BRIEF OVERVIEW OF DISCIPLINE "GEOGRAFIA APLICADA AO TURISMO" IN THE EAD / IFRN

ABSTRACT

This article aims to identify the main difficulties in the student's discipline "Geografia aplicada ao turismo" in *Educação a Distância - EAD/IFRN* in half 2013.2. The concerns emerged during the course when we realize a great number of students who did not perform the activities. For the production of the study, we made a brief consideration of the vocational education and the concept of distance learning from. We use a form sent in moodle platform to be answered by students. Of the 43 enrolled in the subject in focus, responded to 27 completing the form. Of these, 74.07% were female and 25.93% male. As for profession / occupation, it was proven that the majority - 48% - were students,

8% of housewives and civil servants, and 36% had other occupations. Despite declaring student, the majority - 67% - said working while studying and 37% only study. On account of their difficulties during the course, was detected the "time" factor, by having other duties and perform other functions. Think what needs to be done with the students an awareness and education both optimization time, as the commitment and importance of professional qualifications in the labor market, since they reported no difficulties or feedback regarding the handling or in moodle and not the motivation in the proposed activities too.

KEYWORDS: Distance Learning, Applied Geography of the Tourism, Information Technology and Communication.

INTRODUÇÃO

A modalidade *Educação a Distância* tem ganhado muitos adeptos na contemporaneidade. Segundo o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC, divulgando o resumo do Censo EAD.BR 2012, o estudo detectou um crescimento de 52,5% nas matrículas durante o período, atingindo um número de quase 5,8 milhões de inscritos (SENAC, 2014).

Com o incremento da inovação das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), a Educação a Distância surge como uma oferta para suprir determinadas dificuldades decorrentes de fatores como tempo, localização geográfica, entre outros.

O presente artigo, intitulado “Identificando fragilidades e potencialidades: um breve panorama da disciplina ‘Geografia Aplicada ao Turismo’ na EAD/ifrn”, tem como objetivo identificar as principais dificuldades do cursista dessa disciplina.

A escolha por escrever sobre este tema ocorreu durante a ministração da disciplina em foco no curso Técnico Subsequente de Guia de Turismo na EAD/IFRN e deveu-se ao interesse por observarmos algumas dificuldades demonstradas pelos alunos nessa disciplina, no que concernia à frequente não-realização de atividades, bem como à pouca visitação na plataforma *moodle* e, conseqüentemente, ao insuficiente rendimento por ocasião do término do curso.

Para tal, partimos da formulação do seguinte questionamento, o qual será respondido ao final do artigo: Quais as principais dificuldades do cursista na disciplina *Geografia Aplicada ao Turismo* na EAD/IFRN?

Para alcançarmos o objetivo proposto, fizemos primeiramente um levantamento em fontes documentais (primárias) e fontes bibliográficas (secundárias), como livros, artigos de periódicos e trabalhos monográficos, seguido da aplicação de formulários com questões semiestruturadas por meio da plataforma *moodle*, com o universo total dos alunos cursistas contabilizando 43 alunos, dos quais somente 27 atenderam ao preenchimento dos referidos formulários. Para a produção do estudo, fizemos uma breve consideração sobre a educação profissional e o conceito de educação a distância, a partir de teóricos como Shaff (1995); Chaves (1999); Belloni (2002); Abbad (2007); Hack (2011); Moran (2002), entre outros.

Acreditamos que a importância deste estudo se dá por conta das inquietações vividas não só pela Professora e Tutora da referida disciplina, mas também pelos Professores e Tutores das demais disciplinas do Curso, inquietações estas constatadas durante as reuniões em que toda a equipe, inclusive os Coordenadores, relatavam as experiências em cada disciplina e as dificuldades em motivar os cursistas a terem uma participação mais efetiva.

Entendemos que este artigo colocará em baila questões que servirão de base para a busca de futuras intervenções.

1 EVOLUÇÃO TECNOLÓGICA E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL: UMA BREVE CONSIDERAÇÃO

Ao longo da vida o homem vem procurando satisfazer as suas necessidades de acordo com o contexto social, cultural, político e econômico. Transformações ocorreram e objetos foram

sendo criados para melhorar e facilitar cada vez mais a vida. Em cada momento histórico, o trabalho humano torna-se mais complexo e o conhecimento vem se verticalizando por meio de novas técnicas.

Ocorrem mudanças na paisagem, como a construção de casas, de prédios, o aumento das cidades, a melhoria dos transportes e das comunicações etc. (SANTOS, 2007). Uma verdadeira revolução histórica e científica eclode, pressionando a uma adequação do homem às formas de produção vigentes.

A esperteza deste levou-o a provocar grandes revoluções na ciência e na indústria, que se deram no fim do século XVIII e início do XIX, quando esse homem substituiu a sua força física na produção pela energia das máquinas. Deu-se, então, uma divisão do trabalho no interior das fábricas, cada qual com sua respectiva função.

Santos e Silveira (2001) denominam o período em que o homem mecaniza o espaço de “meio técnico”, onde ocorre, sobretudo, a integração desse espaço por extensas rodovias e ferrovias, revelando a ascensão da industrialização e o encurtamento das distâncias, bem como a transformação das relações sociais e do trabalho, pois criam-se novas formas de produção e de circulação.

O conhecimento adquirido ao longo do tempo provoca mudanças: em vez de somente a força física, novas demandas são impostas aos trabalhadores. A partir do século XX, outras habilidades surgem e o desenvolvimento intelectual emerge num nível qualitativo em vez de apenas o quantitativo de antes, como afirma Shaff (1995, p. 21-22),

[...] Há além disso, aparelhos sofisticados, conhecidos por um número crescente de pessoas que se servem da nova técnica, como, por exemplo, as numerosas aplicações dos computadores na indústria, na pesquisa científica, nas comunicações e nos transportes, na informação e no campo dos serviços.

Podemos inferir daí que surge uma complexidade atrelada tanto ao desenvolvimento tecnológico, quanto à forma de produção, exigindo conseqüentemente uma qualificação dos indivíduos, a fim de que estes possam vir a adquirir o conhecimento e a capacidade para instrumentalizar os novos métodos de trabalho. Coube, assim, às inovadoras tecnologias de informação e comunicação proporcionar a construção do conhecimento, com vistas a uma adequação às demandas e realidades emergentes.

Devemos, à luz desse contexto, abrir um leque para a questão das diferenças entre as classes sociais e a desigual distribuição dos bens e serviços oferecidos tanto pelo Estado quanto pelas entidades privadas, que aparecem ao longo do processo de revoluções científicas e tecnológicas, como os equipamentos educacionais e de lazer.

Nesse viés, Santos (2007) nos diz que o sistema vigente - referindo-se ao Capitalismo - “separa de um lado os proprietários dos bens de produção e, de outro os portadores da força de trabalho”. Por isso, os equipamentos urbanos são distribuídos, de acordo com o espaço determinado, para classes sociais diferentes. A informação, a ciência e a tecnologia caminham juntas, inseridas no meio técnico-científico-informacional - característica da 3ª. Revolução

Industrial. Por exemplo, alguns indivíduos têm acesso à escola, a hospitais, a cinemas, enquanto outros indivíduos não o têm.

O acesso à informação, bem como à qualificação profissional, torna-se difícil para os mais desprovidos economicamente. Sem se adequar as novas demandas do mercado, inúmeros trabalhadores não conseguem se manter, nem tampouco se inserir no que resulta das mudanças do processo de formação econômica da sociedade. Schaff (1995, p. 27), em seu livro “A Sociedade Informática”, enfatiza que a revolução - fazendo referência à Microeletrônica e à Informática - assegurou “a manutenção de um exército de pessoas estruturalmente desempregadas, que perderam seus empregos em consequência da automação e da robotização da produção e dos serviços”.

Diante da facilidade ou da dificuldade de obtenção dos equipamentos de utilização imediata e necessária, bem como diante do incremento da informação e da tecnologia, é que se vê a diferenciação dos papéis e das funções, com reflexos na renda de cada trabalhador, como bem define Santos (2007, p.114).

Qual seria então o papel do Estado no que se refere à qualificação profissional do indivíduo, já que a automação e a robotização estão provocando modificações no âmbito do trabalho tradicional, consistindo em uma nova forma social do trabalho e gerando novas atitudes no sistema de valores na relação indivíduo/trabalho?

No Brasil existe um projeto estratégico, de amplitude nacional, para integrar e coordenar o desenvolvimento e a utilização de serviços avançados de computação, comunicação e informação e de suas aplicações na sociedade. Iniciativas foram tomadas para que a população, como um todo, fosse inserida na Sociedade da Informação (SI), de acordo com o “livro verde”, nas palavras de Takahachi (2000).

Esse incentivo em prol da inserção da população na SI vem desde o final do século passado, com a adoção de políticas e iniciativas que vêm levando em conta as realidades social, política, econômica e cultural interna e externa. O Estado então priorizou, nesta questão, o planejamento e o desenvolvimento de tecnologias nacionais e projetos de educação permanente dos cidadãos.

Por meio da mudança na organização social relacionada a um novo paradigma técnico-econômico (SI), busca-se uma forma de mudança na organização social do país, uma vez que a informatização dos cidadãos brasileiros impulsiona a competitividade, gerando o crescimento interno e a melhoria das condições sociais, econômicas e culturais. Porém acreditamos que há necessidade de investimentos na infraestrutura tecnológica e de programas de inclusão da população em todos os setores sociais. Neste sentido, Takahachi (2000, p. 47) ressalta:

Diante desse conjunto de mudanças técnico-econômicas, o mercado de trabalho e o perfil do emprego modificaram-se estruturalmente. Novas especializações profissionais e postos de trabalho surgiram, mas também diversas ocupações tradicionais foram ou estão sendo transformadas, substituídas ou mesmo eliminadas. Aumentaram as disparidades de remuneração entre os trabalhadores mais qualificados e os demais, enquanto diversas atividades intermediárias tornam-se dispensáveis (TAKAHACHI, 2000, p. 47).

O indivíduo nessa lógica descrita acima precisa especializar-se para estar de acordo com as novas e rigorosas exigências do mercado de trabalho. Contudo não existem oportunidades para todos e são inúmeros os motivos: classe social, grau de instrução, localização geográfica, idade, entre outros. Neste sentido, é necessário que existam mecanismos de inclusão para todos terem acesso aos serviços educacionais e às novas demandas tecnológicas, mecanismos estes articulados a uma qualificação de mão de obra que atenda às respectivas localidades.

O rompimento de barreiras e a qualificação/requalificação de indivíduos tornam-se, para o Estado e para as empresas, um verdadeiro desafio, pois exige-se uma formação profissional que ofereça não só o conhecimento técnico, mas também outros atributos, tais como atuar em diferentes áreas e na resolução de problemas, ter capacidade de ser versátil e flexível (PRETI, 2009).

Fala-se, portanto, da necessidade de uma “reciclagem” dos trabalhadores em todos os setores, não só na indústria como no setor primário e, especialmente, no terciário. Isso vem consolidando a ideia de uma educação técnica e profissional permanente, continuada, de uma educação não restrita à escola e à educação formal (PRETI, 2009, p. 24).

Nesta perspectiva, a educação deve se estender a todas as camadas da população, mesmo a que não pode frequentar um estabelecimento de ensino tradicional por meio de saberes e competências ideais, abarcando as necessidades intrínsecas a cada situação. O ensino à distância, nesse contexto, passa a ser um meio de uso da tecnologia a favor da educação, conforme preconiza Chaves (1999), quando também afirma que essa modalidade de ensino já se dá diariamente em nossas vidas, ao lermos um livro ou assistirmos a um programa de televisão, que foram escritos e produzidos, respectivamente, para nos ensinar algo.

No referido estudo, a educação a distância se apresenta como uma alternativa, principalmente para suprir a demanda de profissionais em alguns municípios do Rio Grande do Norte. O Projeto de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil, proposto pelo Governo Federal (BRASIL, 2004), foi implantado pelo Governo do Estado, que se integrou às propostas, com o apoio do Programa de Desenvolvimento do Turismo - PRODETUR/RN, criando polos turísticos no interior do Estado, o que terminou por exigir pessoas capacitadas para atuar na área.

O Instituto Federal do Rio Grande do Norte, por sua vez, interiorizou-se, estendendo a sua oferta de cursos em vários municípios do Estado, conforme as necessidades locais, democratizando assim o Curso Técnico Subsequente de Guia de Turismo, independentemente da localização geográfica do indivíduo.

2 EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA/ENSINO À DISTÂNCIA E RECURSOS DIDÁTICOS

Diversos conceitos foram estabelecidos para a educação a distância e, em alguns casos, para a distinção entre a educação e o ensino à distância. Abordaremos, todavia, os utilizados por Chaves (1999) e Moran (2002) - apesar de uma certa semelhança, apresentam pontos de vista diferentes -, a fim de fazermos uma reflexão sobre tais conceitos e conhecermos como é utilizado o termo em nossa legislação. O nosso interesse não é fazer um levantamento bibliográfico nem

tampouco um estado da arte sobre essa conceituação, mas conhecer os principais empregos e indicar qual iremos adotar neste trabalho.

Chaves (1999) diferencia a “Educação a Distância” do “Ensino à Distância”, quando afirma que a educação é um processo que ocorre no interior do indivíduo, não tendo como acontecer à distância e sim mediante contato. Por isto critica a expressão e a considera imprópria. Já o ensino, para o referido autor, este sim pode se dar à distância, pois tanto o tempo quanto o espaço possuem intervalos para quem ensina e para quem aprende, podendo ser o seu conteúdo comprimido, principalmente hoje, pelas tecnologias, ou seja, mesmo estando-se separado no tempo e no espaço, pode-se fazer uso de recursos para que ocorra a aprendizagem (com emissão de imagens, sons, leituras, atividades etc).

Levando-se, porém, em consideração a ótica de Moran (2002), vê-se que este é mais sucinto ao afirmar que a separação espacial e/ou temporal de professores e alunos, mediada por tecnologias, é conceituação da Educação a Distância, por proporcionar o processo de ensino-aprendizagem, enquanto o Ensino à Distância, nas palavras do mesmo autor, é atribuído à ação praticada pelo professor, o que nos leva a entender que este seria então o ato de ensinar à distância.

Ao contrário do que prega Chaves (1999), quando entende ser inoportuna a utilização do termo *educação*, Moran (2002) tem preferência por tal termo, quando afirma ser este mais abrangente, embora, ao final, perceba a inadequação de um e de outro.

No Brasil, contudo, são utilizados inicialmente dois termos em nossa legislação: “educação a distância” e “ensino à distância”. O Art. 80 da Lei de Diretrizes de Bases (LDB) estabelece o incentivo, pelo Poder Público, ao desenvolvimento e à veiculação de programas de ensino à distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada. Fica clara, assim, a utilização do “ensino à distância”, embora, ao longo dos incisos do mesmo Artigo - o 1º, 2º e 3º -, utilize-se o termo “educação a distância”, conforme a seguir,

§ 1º. A educação a distância, organizada com abertura e regime especiais, será oferecida por instituições especificamente credenciadas pela União.

§ 2º. A União regulamentará os requisitos para a realização de exames e registro de diploma relativos a cursos de educação a distância.

§ 3º. As normas para produção, controle e avaliação de programas de educação a distância e a autorização para sua implementação, caberão aos respectivos sistemas de ensino, podendo haver cooperação e integração entre os diferentes sistemas (BRASIL, 1996, sem paginação).

Percebemos que não existe um padrão no tocante ao emprego dos referidos termos na LDB/2006. Todavia, o Decreto n.º 2.494, de 10 de fevereiro de 1998, que regulamenta o Art. 80 da LDB (Lei n.º 9.394/96), em seu Artigo 1º, emprega a denominação “Educação a Distância”, que, embora revogada pelo Decreto 2.561, de 27 de abril de 1998, continuou sendo adotada, constando, inclusive, no Artigo 1º das Disposições Gerais, conforme segue:

Art 1º caracteriza-se a educação a distância como modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com

estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos (BRASIL, 2005, sem paginação).

Por isto, a nomenclatura utilizada neste trabalho é “educação a distância”, por se encontrar estabelecida em Lei e nos Institutos Federais - alvo de investigação especificamente na disciplina “Geografia Aplicada ao Turismo”, oferecida no Curso Subsequente de Guia de Turismo.

Já que, em sua caracterização, é mencionada a mediação didático-pedagógica, procuraremos detectar as principais dificuldades causadas por essa mediação, como os alunos utilizam a “mediatização técnica, isto é, a concepção, a fabricação e o uso pedagógico de materiais multimídia que gera novos desafios para os atores envolvidos nestes processos de criação a prática” (BELLONI, 2002, p. 123).

A educação a distância dispõe de vários recursos para que ocorra a mediação entre o ensinante (quem ensina/docente) e o aprendente (quem aprende/discente) (CHAVES, 1999), pois o processo de ensino pode se dar, porém a aprendizagem nem sempre se concretiza. Mesmo que o docente tenha conhecimento e compreenda a importância do uso das mídias, estas devem ser utilizadas corretamente na construção do saber.

Hack (2011) detalha algumas mídias contemporâneas, inseridas no contexto educacional brasileiro, que podem ser utilizadas como recurso didático no processo educativo, como o uso do cinema, do rádio, da televisão, do computador, da teleconferência, da videoconferência e da webconferência. Contudo, mesmo com essas ofertas, o discente precisa estar apto a utilizar as referidas mídias e o docente a entendê-las como um meio para a mediação, para a comunicação - “[...] o docente precisa potencializar os processos comunicacionais para que haja dialogicidade, cumplicidade e afetividade entre os envolvidos”.

É importante que existam, além dos recursos didáticos, a interação e a comunicação entre outros sujeitos envolvidos no processo formativo (professores, tutores, coordenadores, alunos), para que possa ocorrer um planejamento, com a elaboração do material didático, a discussão sobre os métodos, os currículos e a avaliação que serão adotados,

O uso inovador da tecnologia aplicado à educação, e mais especificamente, à educação a distância deve estar apoiado em uma filosofia de aprendizagem que proporcione aos estudantes a oportunidade de interagir, de desenvolver projetos compartilhados, de reconhecer e respeitar diferentes culturas e de construir o conhecimento (BRASIL, 2007, p. 9)

Acreditamos que são necessários comprometimento, sensibilidade, qualificação, condições físicas e logísticas, além de equipamentos adequados que favoreçam o acesso dos alunos aos conteúdos e às propostas pedagógicas do Curso, para, efetivamente, formar e desenvolver a autoaprendizagem, ou seja, a autonomia intelectual do estudante.

Diante do exposto, apresentaremos a seguir considerações sobre o Curso “Guia de Turismo”, especificamente na disciplina “Geografia Aplicada ao Turismo”, por nós lecionada no período de 2013.2, no Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN).

Procuramos identificar as principais dificuldades dos cursistas, no que concerne à realização de atividades e se os recursos didáticos aplicados estão em consonância com a realidade dos estudantes, ou seja, se o emprego da tecnologia na disciplina está facilitando o aprendizado.

3 EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA: DESAFIOS E PERSPECTIVAS

Conforme observamos no corpo do trabalho, a educação a distância é regida por leis e decretos e o Curso Técnico Subsequente em Guia de Turismo também se enquadra nesse perfil. Oferecido pelo Campus EAD/IFRN, o Curso é regido pela Rede *e-Tec Brasil* e foi instituído pelo Ministério da Educação conforme o Decreto Nº 7.589, de 26 de outubro de 2011, “com a finalidade de desenvolver a educação profissional e tecnológica na modalidade de educação a distância, ampliando e democratizando a oferta e o acesso à educação profissional pública e gratuita no país” (BRASIL, 2011, sem paginação). Além do referido Curso, também é oferecido o Curso Técnico Subsequente em Segurança do Trabalho.

Um dos objetivos específicos do Curso é contribuir para a formação crítica e ética, frente às inovações tecnológicas, avaliando seu impacto no desenvolvimento e na construção da sociedade (INSTITUTO FEDERAL DO RN, 2012). Para isto, buscaremos detectar os motivos que levam à ausência dos estudantes nas propostas de atividades na plataforma (*moodle*).

As inquietações se iniciaram a partir da observação, durante a postagem das atividades, de um número razoável de estudantes que não estavam participando na referida plataforma - houve um fórum a que 26 alunos deixaram de responder e o mais preocupante foi a ausência nas salas de *chats*. Como foram cinco, ao longo da disciplina, em cada *chat* havia, no máximo, dois estudantes participantes.

Levantamos algumas hipóteses para a não-realização das tarefas, como a falta de tempo, o não-acesso ao computador com internet, não saber manusear a plataforma ou as atividades eram desinteressantes. Ao final do trabalho, tencionamos comprová-las ou refutá-las.

Entendemos que a falta de participação nas atividades, muito provavelmente, leva o estudante a apresentar um baixo rendimento ao longo e no final do curso. A Tabela 1 demonstra a situação das matrículas e revela um número significativo de estudantes em todo o curso de 2012.1 a 2014.1, que aparecem como evadidos, o que pode ser o reflexo do baixo rendimento nas disciplinas, ocasionando a desistência do curso.

A pesquisa foi realizada com os alunos do período 2013.2, do curso oferecido nos respectivos polos: Natal, Mossoró, Currais Novos, Parnamirim e Apodi, contando com 47 alunos no total, dos quais 27 responderam ao formulário proposto. Os referidos alunos tiveram como forma de ingresso um processo seletivo, aberto ao público ou conveniado, para o primeiro período do curso; ou transferência ou reingresso, para período compatível. Nesse período específico, 2013.2, cinco estudantes foram considerados desistentes na disciplina.

Tabela 1: Situação da matrícula dos alunos do curso técnico subsequente em guia de turismo de 2012.1 a 2014.1

Situação da matrícula	2012.1	2012.2	2013.1	2013.2	2014.1
Matriculado	124	72	284	225	670
Trancado	00	00	01	00	00
Jubilado	27	00	00	00	00
Evadido	131	64	36	00	00
Cancelado	41	15	14	02	05
Total de alunos	419	153	335	227	675

Fonte: Secretaria Acadêmica da EAD/IFRN, 2014.

Conforme a Tabela 1, concluímos que, ao longo dos semestres, o número de estudantes matriculados oscilou e o de evasão vem apresentando uma continuada diminuição, embora ainda seja um número considerável, uma vez que, em 2012.1, o número de evasão foi de 131, ou seja, mais do que os matriculados, por conta do acumulado do semestre anterior.

De acordo com o Anuário Brasileiro de Educação Aberta e a Distância em 2006 (ABBAD, 2007), cerca de 23% das instituições de ensino credenciadas pelo Governo Federal para oferecer EAD apresentam índices superiores a 30% de evasão.

De acordo com o gênero, 74,07% dos participantes da pesquisa eram do sexo feminino, enquanto 25,93%, masculino. Foi perguntado aos alunos se eles possuíam computador, a fim de podermos avaliar se esse recurso era um empecilho para a realização das atividades e para uma participação mais ativa no curso. Ficou constatado que a nossa hipótese não se confirmou, pois 92,6% dos entrevistados possuem computador e somente 7,4 não possuem o equipamento.

Percebemos que, conforme a faixa etária (Gráfico 1) declarada, os estudantes que estavam cursando a disciplina “Geografia Aplicada ao Turismo” são jovens, pois somente pouco mais de 10% possui mais de 40 anos. Concluímos que a dificuldade em acessar o *moodle* e os demais recursos tecnológicos não se mostra relevante pelo fato de a referida geração estar mais familiarizada com os avanços tecnológicos.

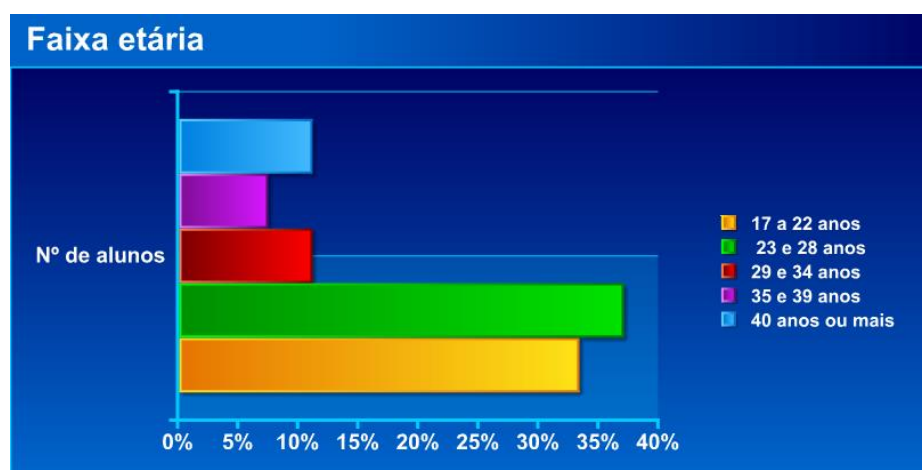


Gráfico 1: Faixa etária

Fonte: Dados da Pesquisa, 2014.

Quanto à profissão/ocupação (Gráfico 2), percebemos que a maioria - 48% - é estudante, 8% são donas de casa ou funcionários públicos e 36% possuem outras ocupações. Apesar de se declararem estudantes, a maioria - 67% - afirmou trabalhar e estudar e 37% somente estudavam. Esse fato é um agravante quando falamos de tempo, pois, de acordo com Abbad (2007), os horários de estudo muitas vezes ficam restritos ao período noturno, após uma longa jornada de trabalho, ficando o aluno com pouca disponibilidade de tempo para se dedicar ao estudo.

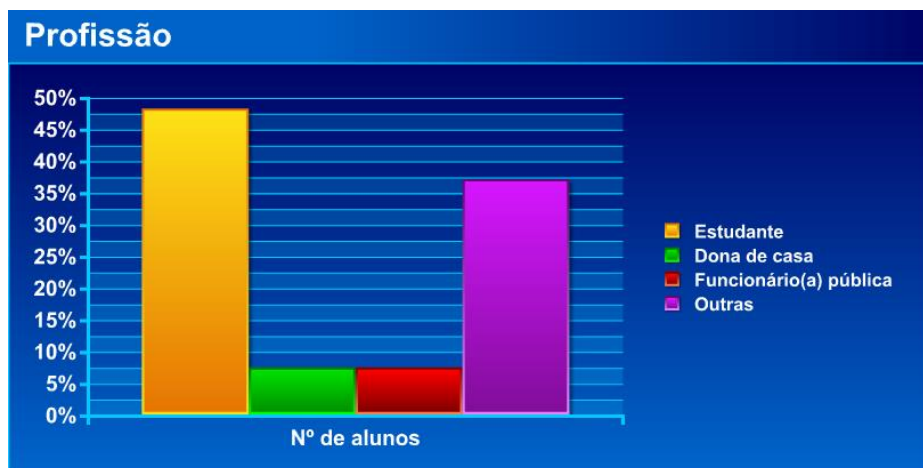


Gráfico 2: Profissão
Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

Quando perguntamos sobre as atividades que estimularam o aprendizado na disciplina (Gráfico 3), tivemos como respostas, em 37%, “os questionários”; 37% “questionário e envio de arquivo único”; 19% “fórum e questionário”; 4% “envio de arquivo único” (questões dissertativas que exigia leitura prévia para responder); 4% “chats”; e 4% não responderam.

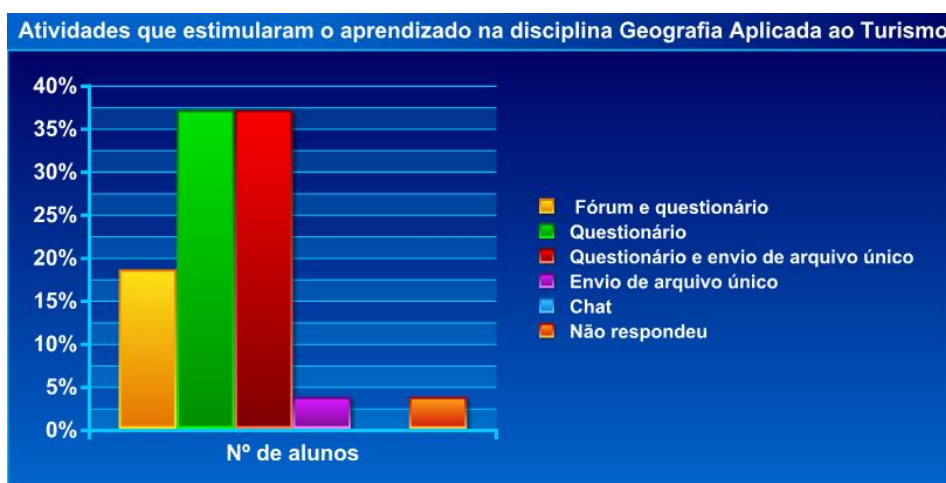


Gráfico 3: Atividades que estimularam o aprendizado na disciplina
Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

À pergunta sobre o porquê da escolha, a resposta que mais apareceu foi a facilidade em realizar a atividade - no caso dos questionários e do envio de arquivo único -, por serem estes mais condizentes com a realidade do tempo. O depoimento dado pelo aluno X, ao responder o formulário, justifica a não-participação nos fóruns e *chats*,

Por conta do trabalho e correria do dia a dia não tive como participar dos fóruns e chats, assim tirei proveito dos questionários e envio de arquivo único.

Já o aluno Y explica a preferência pelo questionário e o envio de arquivo único:

Pela flexibilidade dos horários em realizar as atividades, o questionário e o envio de arquivo único facilitam mais, pois geralmente estudo durante a madrugada. Os outros meios exigem mais tempo disponíveis, e eu pessoalmente não possuo.

Percebemos então que o fator tempo está presente como uma das principais dificuldades de acompanhamento e realização das atividades. Como mais de 70% dos estudantes são mulheres, podemos inferir que a não-realização das atividades pode ser atribuída ao fato de elas terem outras atividades atinentes à própria família.

Abbad (2007) faz referência ao contexto da clientela de EAD, afirmando que o enfrentamento de problemas e situações da vida adulta (familiares, conjugais, profissionais) concorre com os estudos.

Quando perguntamos sobre os fatores que contribuíram para facilitar o aprendizado na disciplina em foco, as mais frequentes respostas foram:

- A execução das atividades, depois de ler os textos passados, e a boa explicação das aulas, com muitas informações que facilitaram o aprendizado;
- Os conteúdos bem elaborados que facilitaram o aprendizado;
- Os questionários semanais e as constantes atividades foram os elementos que facilitaram o aprendizado.

E com relação à pergunta sobre as dificuldades que o estudante enfrentava no decorrer da referida disciplina, como principal resposta, a falta de tempo aparece mais uma vez como a vilã. Alguns estudantes fizeram sugestões, como prazos de entrega das atividades mais longos, dar opções de escolha para realizar as atividades e evitar notas nos *chats* e fóruns.

Observamos, então, que não existiram dificuldades quanto ao acesso na plataforma *moodle*, nem falta de domínio para manejar o computador, a internet e os recursos didáticos como os *chats* e os fóruns.

CONCLUSÃO

Ao longo do trabalho, referimo-nos brevemente à relação entre a inovação da Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) e a Educação a Distância, bem como a escolha da utilização do termo no presente artigo. Para que ocorra a democratização da educação, como visa a referida modalidade, é preciso haver efetivamente a construção do conhecimento pelos estudantes. Para tornar-se um cidadão crítico, realizador de seus deveres na sociedade e autônomo, é necessário antes de tudo que, durante a sua formação, seja ela técnica, superior ou na pós-Graduação, o estudante administre a sua vida como um todo e isso inclui o seu tempo.

Diante do nosso objetivo, que foi identificar as principais dificuldades do cursista na disciplina “Geografia Aplicada ao Turismo na EAD/IFRN”, detectamos, por meio de um formulário, que o fator tempo, ou seja, a falta deste, pesa muito na realização das atividades, quiçá até para ler o material e compreender o seu conteúdo. Colocamos então em questão a real motivação desse aluno no acompanhamento do curso e no rendimento acadêmico, mesmo que seja disponibilizado material, ambiente virtual de aprendizagem e profissionais capacitados (tutores e professores).

Pensamos que é preciso ser feito um trabalho de conscientização e educação com os estudantes, no que concerne à otimização do tempo, ao compromisso e à importância da qualificação profissional no mercado de trabalho para o desenvolvimento da autonomia e da administração do tempo, a fim de que eles próprios, mais tarde, não venham a se frustrar.

Os estudantes, por sua vez, não relataram dificuldades quanto ao *feedback*, ao manuseio no *moodle* nem quanto às atividades propostas serem de difícil entendimento.

REFERÊNCIAS

- Abbad, G. S. (2007). Educação a Distância: o estado da arte e o futuro necessário. *Revista do Serviço Público*, 58 (3), 351-374.
- Belloni, M. (2002). Ensaio sobre a Educação a Distância no Brasil. *Educação & Sociedade*, 23 (78), 117-142.
- Brasil. (2011). Decreto nº 7.589, de 26 de outubro de 2011. Institui a Rede e-Tec Brasil. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7589.htm
- Brasil. (1996). Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm
- Chaves, E. O. C. (2012). Tecnologia na Educação, Ensino a Distância, e aprendizagem mediada pela tecnologia: conceituação passada. *Revista de Educação*. PUC – Campinas, 3 (7), 29-43.
- Hack, J. R. (2011). Introdução à educação a distância. Florianópolis: LLV/CCE/UFSC. Recuperado de <https://ead.ufsc.br/portugues/files/2012/04/livro-introdu%C3%A7%C3%A3o-a-EAD.pdf>
- Instituto Federal do Rio Grande do Norte - IFRN. (2012). Projeto Pedagógico do Curso Técnico de Nível Médio em Guia de Turismo na forma Subsequente, modalidade a distância. Recuperado de https://ead.ifrn.edu.br/portal/wp-content/uploads/documentos/guia_turismo_-_projeto_pedagogico.pdf

- Brasil. (2004) Ministério do Turismo. Programa de regionalização do turismo – Roteiros do Brasil. Recuperado de <http://www.turismo.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=270>
- Moran, J. (2002). O que é educação à distância. Recuperado de <http://www2.eca.usp.br/moran/wp-content/uploads/2013/12/dist.pdf>
- Preti, O. (2009). Educação a distância: fundamentos e políticas. Cuiabá: EdUFMT.
- Santos, M. (2007). O espaço do cidadão. São Paulo: Universidade de São Paulo.
- Santos, M., & Silveira, M. L. (2001). O Brasil: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: record.
- Brasil. (2007). Ministério da Educação. Secretaria de Educação a Distância. Referenciais de qualidade para Educação Superior a Distância. Recuperado de <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/legislacao/refead1.pdf>
- Secretaria Acadêmica EAD/IFRN. (2014). Situação das matrículas. Informações obtidas pela Secretaria Acadêmica EAD/IFRN.
- Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - Senac/RN. (2014). EAD cresce e aparece no Brasil. Recuperado de <http://www.ead.senac.br/noticias/2013/12/ead-cresce-e-aparece-no-brasil/>
- Shaff, A. (1995). A sociedade informática. São Paulo: Universidade Estadual Paulista: Brasiliense.
- Takahashi, T. (2000). Ministério da Ciência e Tecnologia. Sociedade da informação no Brasil. Livro Verde. Recuperado de <https://www.governoeletronico.gov.br/documentos-e-arquivos/livroverde.pdf>